

POLÊMICAS ELEITOREIRAS EM 2010: CAMINHOS QUE SE CRUZAM - *ETHOS* DE UMA VÍTIMA OU DE UM VILÃO?

Laura Daniela Miranda de Queiroz

RESUMO: Esse estudo faz parte de trabalho de conclusão de curso de Pós Graduação Lato Sensu na Universidade da Amazônia. A partir dele, buscou-se investigar como se construiu o *ethos* do candidato Jader Barbalho durante as eleições de 2010 por meio da análise de algumas de suas falas proferidas, sobretudo, no contexto de sua da impugnação ao cargo de senador. Para tanto, o corpus compõe-se de textos extraídos do Jornal *Diário do Pará* e do jornal *O Liberal*. O desenvolvimento da investigação teve como base os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, sobretudo, os postulados de Dominique Maingueneau em torno da noção de *Ethos* e de Cenas da Enunciação, bem como os estudos de Ruth Amossy sobre *Ethos*.

PALAVRAS-CHAVE: *Ethos*; Jader Barbalho; Impugnação.

Introdução

*Toda essa gente se engana.
Ou então finge que não vê que eu nasci.
Pra ser o superbacana.
Eu nasci pra ser o superbacana*
Caetano Veloso

Durante campanhas eleitorais, é comum que se desdobre uma série de posicionamentos em torno do que diz um candidato, considerando que o que ele diz é reproduzido por ele próprio, pelos seus aliados políticos, pela mídia, pelos seus eleitores, de tal maneira que cada um, do seu modo, imprime um significado diferente, cria uma imagem e uma representação distintas sobre o dito, e não apenas sobre o que se diz, mas também sobre a forma como um candidato se comporta no espaço social.

Assim, essa “instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso”, segundo Maingueneau (2008a) “não pode ser concebida como um estatuto, mas como uma ‘voz’, associada a um ‘corpo enunciante’ historicamente especificado” (p. 64). De tal maneira que, essa voz permite caracterizar o corpo do enunciatador, conferindo-lhe uma imagem.

Durante as eleições de 2010, desenrolou-se uma grande polêmica em torno do então deputado federal Jader Barbalho, cuja candidatura ao senado foi impugnada pelo Superior Tribunal Federal (STF) em razão de um processo judicial tramitado em 2001 no qual ele estava envolvido.

Em protesto a sua impugnação, segundo o Jornal *Diário do Pará*, no dia 30 de novembro de 2010, o candidato renunciou ao cargo de deputado federal, enviando uma carta de renúncia à câmara dos deputados, na qual faz diversas declarações sobre o que pensa da decisão do STF.

A insatisfação declarada do político em relação a sua impugnação pode ser observada no seguinte trecho da carta: “Se estou inelegível, não posso continuar em Brasília. Fui cassado por um empate. Eu tenho que *protestar* contra essa decisão absurda do STF e *respeitar* os votos dos paraenses que me elegeram” (*Diário do Pará*, 01 dez. de 2010, p. A6. Política. grifos meus).

Como se observa na carta, o candidato declara-se em protesto pela decisão judicial que o impossibilitou de assumir o cargo de senador, embora, como ele próprio declara, tenha sido eleito pelo voto da maioria.

A presença do verbo “protestar” no discurso do político aponta para um lugar que pertence a alguém que se sente prejudicado pelo STF que por meio de uma “decisão absurda” que o impediu de assumir o cargo de senador ainda que tenha sido eleito, assim, o processo que sofrera em 2001 não seria uma razão presumível para que ele fosse impedido de ser elegível?

Por sua vez, o uso do verbo “respeitar” imprime a ideia de que a voz do povo que o elegeu teria sido oprimida pela impugnação, embora, essa voz devesse ser respeitada, porque foi o povo que o elegeu, provando, por meio dos votos, ter confiança no seu papel de representante político.

Com isso, o candidato se lança à defesa de sua elegibilidade, bem como parece colocar-se no papel de alguém que tem o dever de defender o respeito ao *voto* daqueles que o elegeram.

Esse evento e suas implicações sócio-históricas e ideológicas não poderiam ser estudados sob um recorte teórico dos estudos linguísticos tradicionais que durante séculos perpetuaram uma concepção de língua como sistema estável e fechado em si mesmo e cujo foco de análise detinha-se a sua estrutura formal, isolada do contexto histórico de produção dos textos.

O evento em questão apresenta um sujeito social envolvido em processos interativos de linguagem, de tal maneira que as interferências e inferências do enunciador, o lugar social de onde ele enuncia e a sua formação discursiva e ideológica ultrapassam os limites de uma análise sobre a estrutura lingüística.

Nesse sentido, a Análise do Discurso debruça-se sobre tais questões a partir de recortes psicossociais, ideológicos e históricos, considerando que a linguagem “faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas” (MAINGUENEAU, 1997, p. 11-12). Nesse sentido, a AD concebe o discurso como um modo de produção social por meio do qual se estabelecem as formações ideológicas e históricas.

Para tanto, é imprescindível que se avalie “a inscrição do locutor e construção da subjetividade da língua” (AMOSSY, 2008, p. 10), uma vez que o papel do locutor e os significados que expressa por meio da linguagem, ainda que não estejam totalmente sob o seu controle, estão carregados de suas intenções.

Essa concepção sobre a linguagem permite compreender que o discurso do candidato Jader Barbalho pode assumir vários significados dependendo do contexto sócio-histórico em que sua enunciação é produzida, da posição que ocupa na sociedade, dos seus objetivos de comunicação e dos seus interlocutores. Isso porque vários aspectos subjetivos e extraverbiais estão envolvidos no jogo lingüístico do que se diz.

Ethos e seus desdobramentos

Falar de *ethos* implica considerar uma série de questões que concorrem para a identificação de um caminho conceitual num sentido em que o dito é apresentado a partir de “uma maneira de *dizer* que também é uma maneira de *ser*” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 53), havendo “uma relação específica entre as operações languageiras e o espaço institucional” (*idem*, p. 54).

Seguindo essa direção, Maingueneau observa que qualquer texto oral e escrito tem:

uma “vocalidade” específica que permite relacioná-la a uma caracterização do corpo do enunciador (e não, bem entendido, ao corpo do locutor extradiscursivo), a um “*fiador*” que, por meio de seu “*tom*”, atesta o que é dito (o termo ‘*tom*’ tem a vantagem de valer tanto para o escrito quanto para o oral) (*idem*, p. 64).

Um conjunto de determinações físicas e psíquicas do locutor, geradas coletivamente, é adicionado à dimensão verbal.

Nessa perspectiva, atribui-se ao locutor o que Maingueneau denomina caráter e corporalidade. O caráter relaciona-se com os traços psicológicos enquanto que a corporalidade está associada à constituição física do locutor, elementos que auxiliam o coenunciador a identificar o *ethos* “apoiando-se em um conjunto difuso de representações sociais, avaliadas positiva ou negativamente, de esteriótipos, que a enunciação contribui para reforçar ou transformar” (*idem*, p. 65).

As falas de Jader Barbalho, analisadas até aqui, sinalizam para construção de algumas representações sobre o candidato de maneira que dependendo do ponto de vista dos seus interlocutores tem-se: a imagem de um candidato que está sendo alvo de uma decisão judicial “injusta”, e que, ao mesmo tempo, parece reconhecer seu prestígio na sociedade em virtude dos inúmeros votos que recebeu, ou ainda a de um sujeito conhecedor de seus direitos que não está se mostrando apático diante da decisão do Tribunal, mas ao contrário disso, protesta, renunciando ao cargo de deputado.

No conjunto dessas representações, também se pode depreender a imagem de um representante político que tenta defender o desejo dos eleitores que votaram nele.

Em matéria de *ethos*, conforme for o ponto de vista do locutor e do coenunciador “o *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 16). Assim, da mesma forma que todas as representações acima descritas podem concorrer para a construção de uma imagem positiva do candidato, é possível também que os interlocutores interpretem suas falas como a de um demagogo, e mesmo, como a manifestação de alguém que age de má fé para conseguir a adesão dos eleitores ao seu posicionamento.

A maneira se expressar, o ato de se pronunciar produzem uma imagem do enunciador sem que seja necessário que ele fale de si próprio. Assim, sua imagem se constrói no interior do seu discurso, uma vez

que, como afirma Maingueneau, “o *ethos* é uma noção *discursiva*; ele se constitui por meio do discurso, não é uma ‘imagem’ do locutor exterior à fala;” (2008a, p. 63).

As primeiras considerações sobre o termo retomam a tradição retórica, mais, especificamente, a *Retórica* aristotélica segundo a qual o *ethos* designava a construção de uma imagem de si, volvida a garantir o sucesso do orador nas práticas oratórias, já que o objetivo principal de tais práticas era persuadir o auditório, causando boa impressão e conquistando a sua simpatia. A esse respeito Aristóteles declara em sua obra *Retórica*:

(...) persuade-se pelo caráter [= *ethos*] quando o discurso tem uma natureza que confere ao orador a condição de digno de fé; pois as pessoas honestas nos inspiram uma grande pronta confiança sobre as questões em geral, e inteira confiança sobre as que não comportam de nenhum modo certeza, deixando lugar à dúvida. (ARISTÓTELES, apud MAINGUENEAU, 2008b, p. 13)

Para Aristóteles, o *ethos* constituía-se num recurso persuasivo por meio do qual o orador construía uma imagem de si, mostrando-se para a platéia sem explicitamente fazer afirmações a seu próprio respeito. Nesse sentido Barthes alisa que ao se pronunciar, “O orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, diz: eu sou isto aqui, não aquilo lá” (apud MAINGUENEAU, *idem*, grifos do autor). Por isso, não importam as características que os oradores apresentam sobre si, mas as imagens que estão inscritas no seu modo de se expressar.

No entanto, é necessário observar que, apesar de o *ethos* estar fundamentalmente integrado ao ato enunciativo, não se pode ignorar que os interlocutores elaboram representações do *ethos* do enunciador antes que ele se pronuncie. Nessa direção, estabelece-se a distinção entre *ethos discursivo* e *ethos pré-discursivo*. O primeiro corresponde à definição de Aristóteles anteriormente citada, enquanto que o segundo, diz respeito às representações anteriormente construídas sobre o locutor ainda que o coenunciador não conheça o seu *ethos* “o simples fato de um texto pertencer a um gênero de discurso ou a certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos*” (2008a, p. 60)

As representações se constroem crucialmente por meio da enunciação, considerando-se que a noção de *ethos* diz respeito à apresentação de si, à construção de uma imagem de si por meio do discurso, já que o *ethos* está diretamente “ligado à própria enunciação, não a um saber extra-discursivo sobre o locutor” sem necessariamente ser evidenciado no enunciado (2008b, p. 13).

Como a noção de *ethos* proposta por Maingueneau relaciona-se diretamente à cena de enunciação, é importante considerar que os lugares de onde o enunciador se pronuncia podem dar legitimidade ao seu discurso, conforme a escolha de sua cenografia, de tal maneira que, como observa Amossy, “no discurso político, por exemplo, o candidato pode falar a seus eleitores como homem do povo, como homem experiente, como tecnocrata” (2011, p.16).

No evento que envolve a impugnação do candidato Jader Barbalho, ora ele se comporta como vítima de uma decisão judicial, ora se apresenta confiante e grato à população pela grande quantidade de votos recebidos, manifestando-se como um representante em quem a maioria dos eleitores confiou seu voto, assim, no Jornal há uma declaração de agradecimento: “Obrigado ao povo do Pará. Obrigado pelo imenso carinho que recebo todos os dias. Obrigado pelos 1 milhão e 800 mil votos que recebi.”

Essa mudança de papéis instituída por meio dos discursos do candidato remete ao que Maingueneau define de cenografia. A cenografia é uma cena de fala que o discurso pressupõe para poder ser enunciado e que, por sua vez, deve se validar por sua própria enunciação. Conforme o autor, a cenografia não deve ser entendida como o ambiente, um quadro, um espaço já construído, mas sim aquilo que a enunciação instaura progressivamente como seu próprio dispositivo de fala. Dessa forma, Maingueneau conceitua:

A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra: ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena da qual vem a palavra é precisamente a cena requerida para enunciar nessa circunstância. São os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar o *ethos*, bem como sua cenografia, por meio das quais esses conteúdos surgem. (MAINGUENEUA, 2008a, p. 71)

Assim, na declaração seguinte anterior à renúncia, mas ainda no contexto da impugnação em 2010: “O abalo dessa decisão foi zero. Quantas campanhas já sofri e meu prestígio só fez aumentar? Estou seguro,

tranquilo. Só não estaria se não tivesse o apoio do povo do Pará”² (*Diário do Pará*, 02 set. 2010, p. A6. Política.), Jader Barbalho manifesta-se de um lugar de onde se mostra confiante quanto a sua elegibilidade e quanto sua credibilidade como representante político independente de decisão judicial ou das acusações que são dirigidas a ele.

Figura 1



. Imagem extraída do Jornal Diário do Pará, 9647, 02 de Set. de 2011, p. A6. Belém.

Nesse sentido, a imagem abaixo, que ilustra a reportagem, na qual o político declara manter sua candidatura ao Senado, também reflete a figura de alguém que aparenta entusiasmo e tranquilidade.

Como se observa, o político está sorrindo, isto é, não aparenta abalo ou ansiedade apesar de estar diante de uma decisão judicial que impugnou sua candidatura, ao contrário, ele demonstra confiança sobre sua força política.

Depreende-se a partir da discussão sobre cenografia em relação aos eventos mencionados que os papéis que os sujeitos exercem em conformidade com os tipos de discursos envolvidos podem legitimar o enunciado, favorecendo a validação do *ethos*.

Essa noção de *ethos* permite refletir sobre o processo da adesão dos sujeitos a um determinado posicionamento, o que se evidencia particularmente no discurso político o qual tem por finalidade ganhar um público que pode ignorá-lo, bem como recusá-lo.

Ethos de uma Vítima ou de um Vilão?

A caracterização da cenografia influencia diretamente a constituição do *ethos*. No discurso político, algumas situações podem se criar a partir do espaço social e físico que o enunciadore ocupa juntamente com o(s) coenunciadore(s).

No caso do político Jader Barbalho, algumas de suas falas sobre a impugnação em 2010 trazem à tona contextos e lugares já conhecidos para quem acompanha sua história na política brasileira: a história de um político que tem envolvimento com processos judiciais e que já foi alvo de denúncias advindas de outros políticos ou veiculadas pelos meios midiáticos que em alguns momentos colocam em questão a lisura de seus mandatos. Em um dos trechos da carta de renúncia, o candidato relata as acusações que são feitas contra ele:

“A *vontade* do povo paraense *rejeitou* a decisão do Tribunal Superior Eleitoral – pela inelegibilidade de minha candidatura – e, sobretudo, a campanha jornalística *odiosa* com que meus *inimigos* atentaram contra meu nome como candidato por todos os meios midiáticos possíveis, inclusive, panfletos” (Carta de Renúncia. In: *Diário do Pará*, 01 dez. de 2010, p. A6. Política grifos meus).

No início da declaração, o enunciadore se movimenta em um cenário que lhe parece ser familiar: “a *vontade* do povo paraense”. Essa fala indica que o candidato acredita na confiança que o “povo” tem sobre a sua representatividade já que “*rejeitou* a decisão do Tribunal Superior Eleitoral pela “inelegibilidade” de sua candidatura. Os eleitores paraenses o escolheram como senador.

Assim, ele se apresenta como um representante confiável e elegível que tem a seu favor algo que ficou registrado nas urnas do processo eleitoral de 2010: foram 1 milhão e 800 mil votos.

A esse cenário, acrescenta a condição de ser alvo de “campanhas jornalísticas *odiosas*” (grifo meu). A palavra em destaque, presente em seu discurso apresenta um valor ideológico, uma impressão subjetiva em torno do que dizem dele e a partir da qual se pode depreender que tais campanhas não retratam a realidade, especialmente, porque as informações veiculadas sobre ele provêm de seus inimigos.

Em direção à defesa do posicionamento do candidato, além das falas proferidas por ele próprio e publicadas no Jornal *Diário do Pará*, há também algumas declarações feitas por aliados políticos que questionam a aplicação da Lei complementar nº 135 de 04 de junho de 2010, que gerou a sua impugnação, como é o caso do deputado Fernando Chiarelli do PDT Ribeirão Preto, o qual declara:

“Essa lei que atingiu Jader é confusa e por isso é uma *tiranía* impedi-lo de assumir como senador. Se ele está aqui como deputado, poderia sim ser eleito também para o senado” (*Diário do Pará*, 01 dez. de 2010, p. A6. Política. grifos meus).

O deputado acima citado questiona o caráter da Lei em si, não a decisão que foi tomada para a sua aplicação, caracterizando-a como “confusa”. Essa caracterização coloca em dúvida o papel da lei com relação àquilo que ela engendra: a impugnação de Jader Barbalho ao cargo de senador. Além de considerar confusa a lei, o deputado do PDT ainda aponta para o caráter de tirânica. Assim, a “tiranía” da lei configurou-se como mais um “inimigo” do político.

Outra fala publicada no Jornal *Diário do Pará* em favor do candidato é a de Fernando Gabeira atualmente do PV do RJ: “Acho que essa renúncia não significa que ele está abrindo mão de *lutar* por seu mandato no Senado, o que é perfeitamente *legítimo* que ele o faça” (*Diário do Pará*, *idem*, grifos meus). As palavras destacadas no discurso do deputado do PV criam um ambiente em que o candidato Jader Barbalho comporta-se como um lutador, como alguém que não aceita apaticamente sua condição jurídica. Nesse sentido, a ação de renunciar não significa desistir de um projeto maior, mas *lutar* por esse projeto maior: o Senado, sobretudo, porque o candidato foi eleito pelo voto da maioria, o que lhe dá legitimidade para manter sua candidatura.

Todas essas questões em torno da imagem do candidato revelam um lugar instável do qual o *ethos* provém. São muitas as tentativas de se criar uma imagem positiva de si por meio de uma cenografia que engendra uma fala e outra e, que por sua vez, é legitimada por tais falas.

Em matéria de *ethos* não se pode controlar todos os sentidos empreendidos, assim, como não é possível reproduzir um contexto já pronto.

O Inverso

No dia 22 de maio de 2011, *O Liberal* publicou a reportagem *As Bodas da Impunidade*, que se propunha a constituir um dossiê contra o político Jader Barbalho, ao relatar escândalos e crimes, nos quais ele se envolveu, seguindo um caminho contrário do empreendido pelo Jornal *Diário do Pará*.

Não é objetivo desse trabalho analisar os fatos publicados, mas especialmente destacar uma imagem presente no documento, utilizada para ilustrar uma imagem negativa sobre ele.

Assim, a figura ao lado, por exemplo, e cujo recorte aparece no topo de quase todas as páginas do documento apresenta cores escuras que conferem um ar sombrio ao político, assim como sua expressão cerrada dá a impressão de alguém exaltado.

A mensagem de destaque da reportagem agregada à ilustração traça um *ethos* de alguém não confiável para ser representante da sociedade, como se observa no texto:

Faz 25 anos que Jader Barbalho, então governador do Pará, tirou o equivalente a R\$ 10 milhões, em valores atuais, do dinheiro do Estado e depositou na sua conta e de seus familiares no Banco Itaú. Começava aí um rosário de falcatruas, até hoje impunes.

O texto relata fatos que são alvo de investigação criminal. Nesse sentido, apresentar fatos confere ao discurso legitimidade, sobretudo, em se tratando de um jornal que tem reconhecimento na sociedade, mas também, porque o documento constitui relato de autoridades como um auditor fiscal do Banco Central, por exemplo. Nesse caso, a palavra de um auditor cuja função é investigar irregularidades acaba tendo legitimidade em razão do lugar que ocupa. Sobre essa legitimidade da palavra Amossy (2011) analisa:

Na realidade, o poder das palavras deriva da adequação entre a função social do locutor e seu discurso: o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciá-lo em uma situação legítima, portanto, diante de receptores legítimos (p. 120)

Figura 2.



Imagem extraída do Jornal *O Liberal*, 22 de Mai. de 2011. Capa. Atualidades.

Figura 3.



Imagem extraída do Jornal *O Liberal*, 22 de Mai. de 2011, p. 17. Atualidades.

Assim, estrategicamente em direção à legitimidade, o dossiê se propõe a construir uma imagem negativa sobre o político, apresentando fatos e falas contra ele que possam desconstruir a imagem de um bom representante da sociedade. Bem como, utilizam fotos e caricaturas que conferem um caráter grotesco à imagem dele. Como se observa na ilustração.

Associado a essa imagem do jornal, lê-se o título da matéria: “Barbalho, o mais ‘gazeteiro’ na Câmara”, referindo-se às ausências do então deputado à Câmara.

Esta imagem foi colocada no centro da página e apresenta dimensões que a fazem ocupar mais de 50% dela, bem como acentuam o caráter grotesco da caricatura.

Nessa direção, o jornal desenha um retrato negativo do político.

De tal forma que o dossiê destaca no seu início a reportagem com o título *As bodas da impunidade*, informando que já “faz 25 anos”

que o ciclo de escândalos e denúncias acontece.

Para caracterizar esse ciclo, usa-se no texto a palavra “rosário”. Um rosário é uma oração católica tradicionalmente formada por três terços.

Apesar de ser originalmente do domínio religioso, no dossiê, o termo foi usado, para indicar uma sequência extensa em que os fatos criminosos se desenrolam.

Mas também, pode-se entender que o termo remete à idéia de um ciclo constante, como ilustra ao lado a figura de um terço de um rosário. Um círculo em torno do qual, há repetições e constância de práticas ilícitas do político, que se perduram por anos.



Considerações Finais

A discussão em torno da noção de *ethos* e sua relação orgânica com a cenografia, na perspectiva da AD, pretendeu nesse trabalho acionar alguns conceitos fundamentais para a compreensão da noção, mas, sobretudo, situá-la num contexto bem específico como o da impugnação do político Jader Barbalho nas eleições de 2010.

É imprescindível reconhecer que em se tratando de enunciação, os sentidos se desdobram e tomam direções que fogem ao controle do que se intenciona em princípio como ocorre no discurso político em que se espera a escolha entre um posicionamento e outro por parte dos coenunciadores.

Essa noção é fundamental para se compreender o recorte aqui empreendido em relação ao contexto de uma eleição que costuma envolver posições diversas e interesses difusos.

Confrontar eventos em política ainda é um caminho polêmico e controvertido. O interdito “Política não se discute” mascara a realidade em que sujeitos podem ser questionados sobre seus posicionamentos na sociedade, e, sobretudo, leva a reflexão sobre os sentidos que as falas de políticos como Jader Barbalho tomam em direção à construção de uma imagem positiva. E em alguns momentos, atestando um tom de cumplicidade com seus eleitores em suas falas, uma vez que o terreno onde pisa lhe parece familiar e seguro, independente de decisão judicial.

NOTAS:

¹ Há uma cópia digitalizada da carta de renúncia do candidato Jader Barbalho, compondo a matéria intitulada “Em protesto, Jader Barbalho renuncia ao mandato de deputado federal”, edição 9737 do Jornal *Diário do Pará* (01 dez. de 2010, p. A6. Política).

² Essa fala do candidato Jader Barbalho está presente na edição 9647 do Jornal *Diário do Pará* e faz parte da matéria “Jader mantém candidatura ao Senado”(02 set. de 2010, p.A6. Belém).

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto: 2005.
- BRAIT, Beth. *Análise e teoria do discurso*. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3ª ed., 1997.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de, ROCHA, Décio (tradutores). - 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *Cenas da enunciação*. Possenti, Sírio, SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (orgs). São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.
- _____. *A propósito do ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel, e SALGADO, Luciana. *Ethos discursivo*. SP: Contexto, 2008b.
- POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009a.
- _____. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009b.
- As bodas da impunidade*. DIPONÍVEL EM: <http://www.orm.com.br/redacao/pdf/4976_Atualidade.pdf>. Acesso em 05/06/2011.